



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Oriximiná



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Oriximiná (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

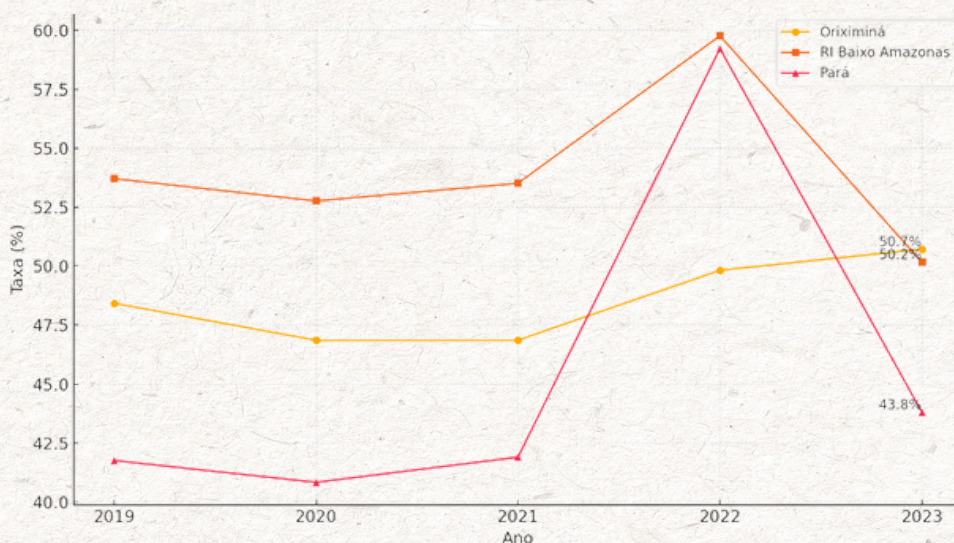


Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza em Oriximiná apresentou leve oscilação entre 2019 e 2021, partindo de cerca de 48,5% em 2019 e mantendo-se próxima de 47% até 2021. No entanto, em 2022, houve um aumento mais significativo, com a taxa atingindo cerca de 50%, patamar que se manteve em 2023 (50,7%). Esse crescimento sugere uma deterioração das condições socioeconômicas locais após a pandemia, com possível impacto de fatores como inflação, desemprego e acesso limitado a políticas sociais (Gráfico 1).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento da taxa de pobreza foi semelhante, mas com percentuais consistentemente mais altos ao longo do período. Após um leve recuo entre 2019 e 2020 (de cerca de 53,5% para 52,8%), houve um aumento contínuo até 2022, quando o indicador alcançou o pico de 60%. Já em 2023, observa-se queda expressiva para 50,2%, indicando possível recuperação social e econômica regional mais acentuada que no município de Oriximiná (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Já o estado do Pará manteve os menores percentuais de pobreza entre os três níveis analisados. A taxa caiu levemente de 41,8% (2019) para 40,7% (2020), voltou a crescer gradativamente e atingiu um pico abrupto em 2022 (60%), sinalizando uma crise pontual nesse ano. Entretanto, em 2023, houve uma forte recuperação, com a taxa recuando para 43,8%. Essa queda abrupta pode estar associada à retomada de investimentos sociais e ao crescimento econômico pós-pandemia, o que precisa ser melhor explorado em análises complementares (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Oriximiná, as despesas públicas com serviços essenciais — que incluem saúde, educação, saneamento e segurança — demonstraram trajetória de crescimento no período analisado. Em 2019, o percentual era de aproximadamente 67,5%, caindo levemente em 2020 (67,1%), e voltando a subir nos anos seguintes, com destaque para 2022, quando ultrapassou os 71%. Em 2023, o município alcançou 71,6%, o maior patamar da série. Esse comportamento sugere um esforço local de priorização do gasto público em áreas fundamentais, possivelmente em resposta ao agravamento das condições

de pobreza (Gráfico 2).

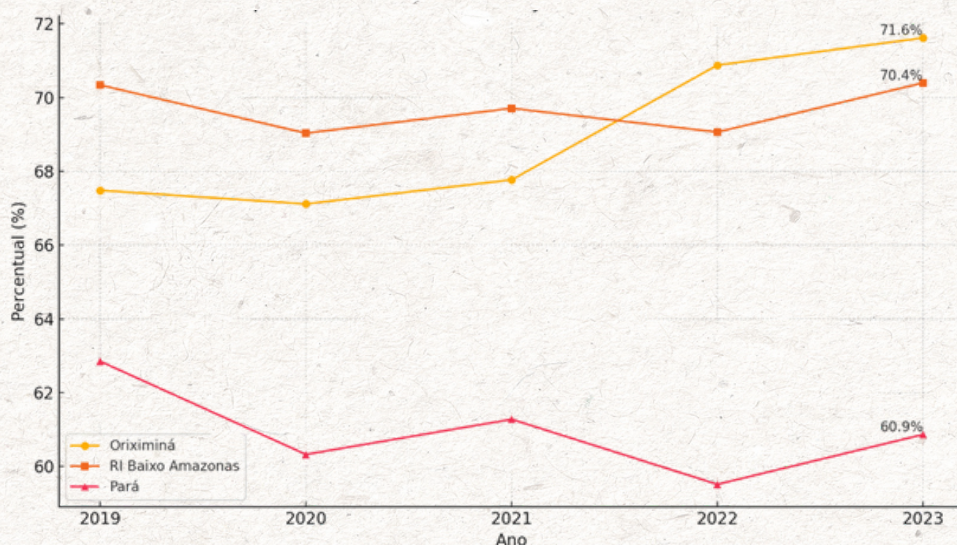
Na RI Baixo Amazonas, o comportamento foi semelhante, com variações dentro de uma faixa estável entre 69% e 71%. A região iniciou o período com 70,3% em 2019, passou por um leve recuo até 2020, mas voltou a subir em 2023, encerrando com 70,4%. Apesar da estabilidade, a região demonstra compromisso contínuo com o financiamento de serviços essenciais, o que pode ter contribuído para a redução mais rápida da pobreza observada em 2023 (Gráfico 2).

No estado do Pará, os percentuais de despesas com serviços essenciais são infe-

riores aos verificados em Oriximiná e na RI Baixo Amazonas. O estado iniciou com 62,8% em 2019, caiu para 60,3% em 2020 e atingiu o ponto mais baixo em 2022 (59,4%), ano em que a taxa de pobreza estadual disparou. Em 2023, houve uma recuperação tímida, com 60,9%. Essa relação sugere que a redução do gasto proporcional com serviços essenciais pode ter contribuído para o agravamento da pobreza em 2022, reforçando a importância da alocação prioritária de recursos públicos em áreas sociais (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O município de Oriximiná apresentou estabilidade entre 2019 e 2021 na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, com valores próximos de 7,9%. Contudo, a partir de 2022, observa-se uma elevação significativa, passando para cerca de 8,6% e atingindo 10% em 2023. Esse crescimento expressivo pode indicar piora nos determinantes sociais e na qualidade da atenção pré-natal, refletindo uma possível vulnerabilidade materno-infantil no município (Gráfico 3).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador também evoluiu negativamente, mas com menor intensidade. Partindo de 8,1% em 2019, houve uma leve redução

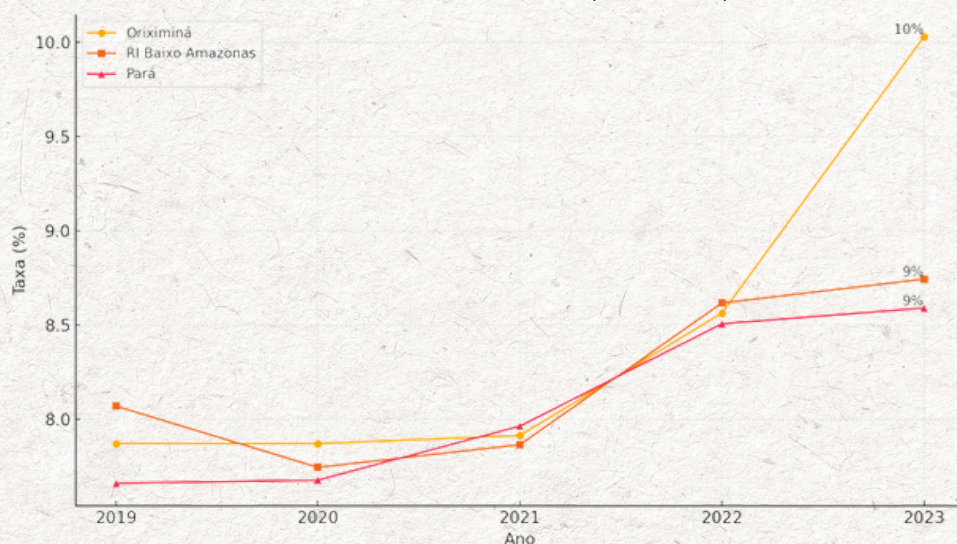
até 2020 (7,7%) e, posteriormente, um aumento gradual até alcançar 9% em 2023. Embora o crescimento tenha sido mais moderado que em Oriximiná, o padrão de alta aponta para fatores estruturais que impactam a saúde materna e infantil em nível regional, demandando atenção das políticas públicas de saúde e nutrição (Gráfico 3).

Já o estado do Pará apresentou os menores valores ao longo da série, iniciando em 7,6% em 2019 e chegando a 9% em 2023. A trajetória estadual foi de crescimento contínuo a partir de 2021, alinhando-se com a tendência nacional de piora nos indicadores de saúde infantil no pós-pandemia. Ainda que os

percentuais estaduais sejam mais baixos, o aumento consistente acende um alerta para a necessidade de reforçar estratégias de prevenção, como o acesso qualificado à atenção básica e programas de alimentação e saúde da gestante (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

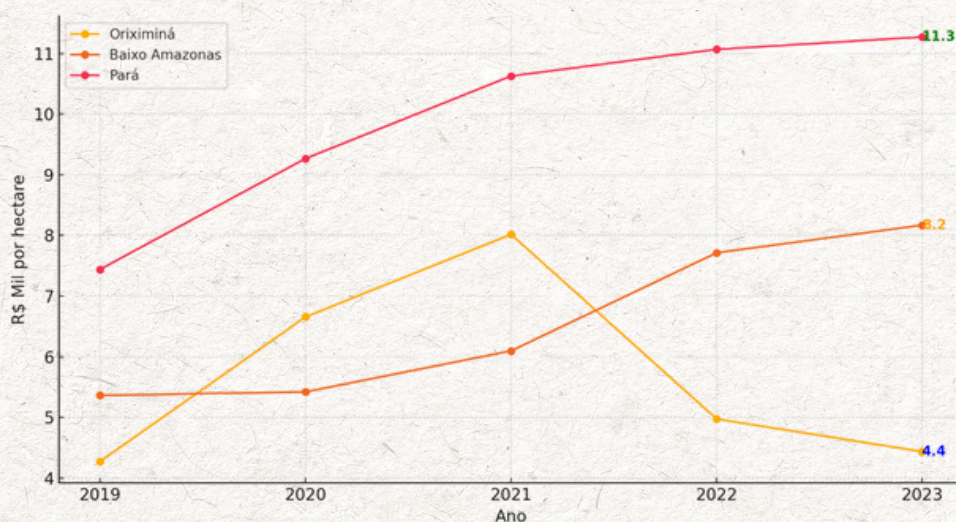
A produtividade agrícola em Oriximiná apresentou uma trajetória volátil. Entre 2019 e 2021, observou-se crescimento expressivo, saindo de R\$ 4,2 mil/ha em 2019 para R\$ 8,0 mil/ha em 2021, o que indicava aumento de eficiência no uso da terra. No entanto, a partir de 2022, houve uma queda acentuada, com o indicador recuando para R\$ 5,0 mil/ha em 2022 e atingindo apenas R\$ 4,4 mil/ha em 2023. Essa reversão sugere perda de capacidade produtiva, possivelmente por fatores climáticos, logísticos ou redução de investimentos (Gráfico 4).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais estável e positivo. A produtividade manteve-se em torno de R\$ 5,3 mil/ha entre 2019 e 2020, subindo progressivamente nos anos seguintes até alcançar R\$ 8,2 mil/ha em 2023. Essa tendência revela um desempenho agrário ascendente, possivelmente relacionado à introdução de tecnologias, ampliação de mercados ou fortalecimento das cadeias produtivas locais, o que contrasta com a trajetória decrescente de Oriximiná (Gráfico 4).

O estado do Pará apresentou

os melhores desempenhos no indicador ao longo de todo o período. A produtividade agrícola estadual cresceu de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023, demonstrando uma trajetória contínua de crescimento. Esse comportamento indica avanço técnico e expansão da produção com maior valor agregado por área plantada, consolidando o papel da agropecuária como setor estratégico da economia paraense. O contraste entre a média estadual e o recuo em Oriximiná aponta para disparidades intrarregionais relevantes que devem ser endereçadas por políticas de desenvolvimento territorial mais equilibradas (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 4,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

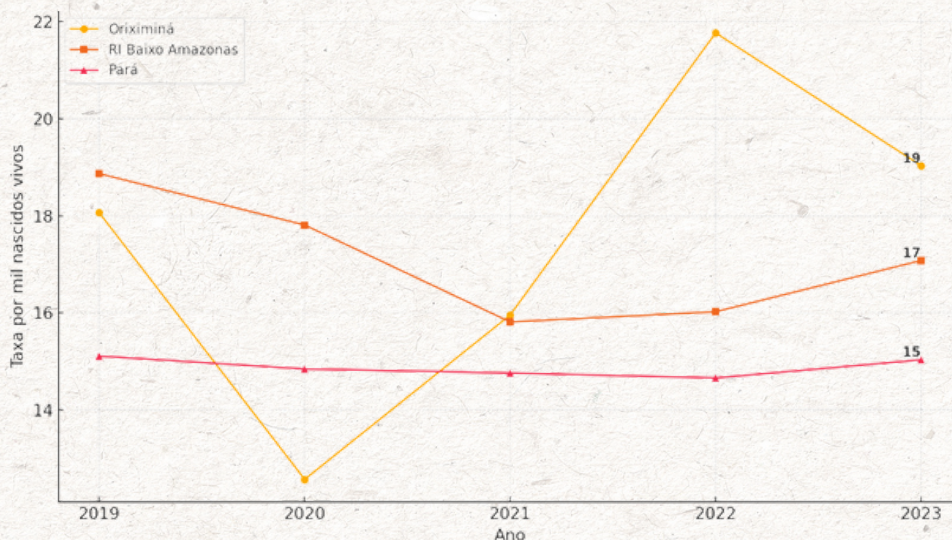
Em Oriximiná, a taxa de mortalidade infantil apresentou grande variação ao longo do período. Após uma queda expressiva de 18 óbitos por mil nascidos vivos em 2019 para 12,5 em 2020, o indicador voltou a subir de forma acentuada nos anos seguintes, atingindo 15,9 em 2021, um pico preocupante de 21,8 em 2022 e recuando ligeiramente para 19 em 2023. Essa instabilidade sugere fragilidade na rede de atenção à saúde materno-infantil, com oscilações possivelmente ligadas à insuficiência de recursos humanos, infraestrutura ou cobertura de serviços essenciais (Gráfico 5).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a taxa de mortalidade infantil foi mais estável, iniciando o período com 18,8 em 2019 e reduzindo gradualmente até 15,9 em 2021. Em seguida, o indicador retomou a trajetória de alta, alcançando 17 em 2023. Embora os patamares ainda sejam altos, a região apresenta uma tendência mais controlada do que Oriximiná, o que pode refletir maior resiliência da rede regional de saúde e melhores mecanismos de vigilância e atenção básica (Gráfico 5).



No estado do Pará, a taxa de mortalidade infantil apresentou o comportamento mais estável entre os três níveis territoriais. Partiu de 15,1 em 2019, variando ligeiramente até atingir o mesmo valor em 2023. Essa estabilidade, no entanto, não deve ser interpretada como positiva, uma vez que o indicador se mantém em um patamar considerado elevado. A estagnação pode estar relacionada à manutenção de desigualdades no acesso à saúde, especialmente em regiões interioranas e ribeirinhas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

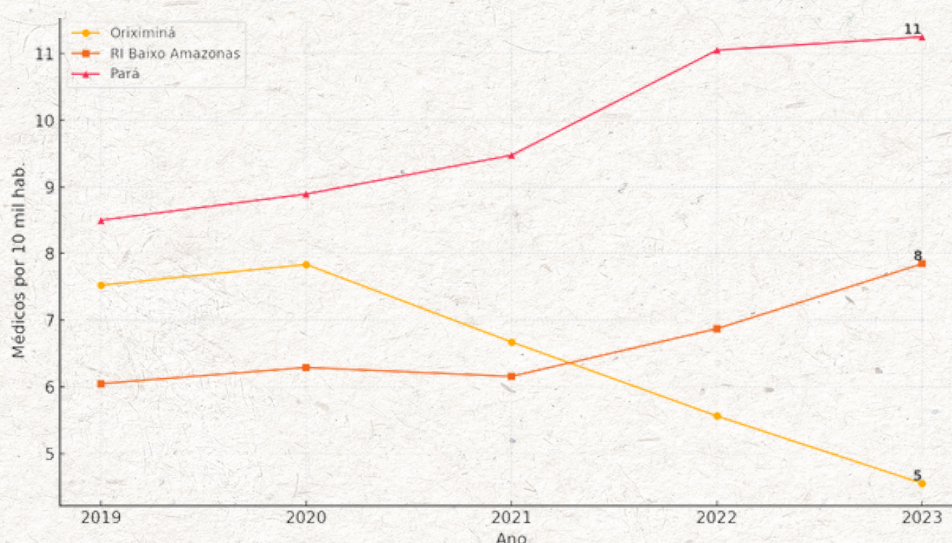
Em Oriximiná, a disponibilidade de médicos por 10 mil habitantes caiu de forma contínua ao longo do período analisado. Em 2019, havia 7,5 médicos por 10 mil habitantes; esse número subiu discretamente para 7,8 em 2020, mas passou a declinar nos anos seguintes: 6,7 em 2021, 5,5 em 2022 e apenas 5 em 2023. Essa retração pode estar diretamente associada à piora de indicadores como a mortalidade infantil e a prevalência de baixo peso ao nascer, evidenciando o impacto da carência de profissionais na qualidade da atenção básica e especializada no município (Gráfico 6).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o número de médicos cresceu gradualmente entre 2019 e 2023. Com 6,1 médicos por 10 mil habitantes em 2019, o indicador oscilou levemente até 2021, mas apresentou crescimento mais consistente nos anos finais, chegando a 8 em 2023. Esse crescimento pode ser resultado de investimentos em políticas de provimento, como contratação via programas federais ou estaduais, contribuindo para a manutenção de melhores indicadores de saúde infantil em relação ao município de Oriximiná (Gráfico 6).



No estado do Pará, observa-se a maior taxa de crescimento da presença médica por habitante. Em 2019, o estado contava com 8,5 médicos por 10 mil habitantes, crescendo ano a ano até atingir 11 em 2023. Esse avanço reflete não apenas políticas públicas de formação e interiorização da força de trabalho médica, mas também a maior atratividade de centros urbanos. Ainda assim, a média estadual esconde desigualdades importantes, como a queda observada em Oriximiná, que contraria a tendência estadual e sinaliza desafios específicos de fixação de médicos em áreas remotas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

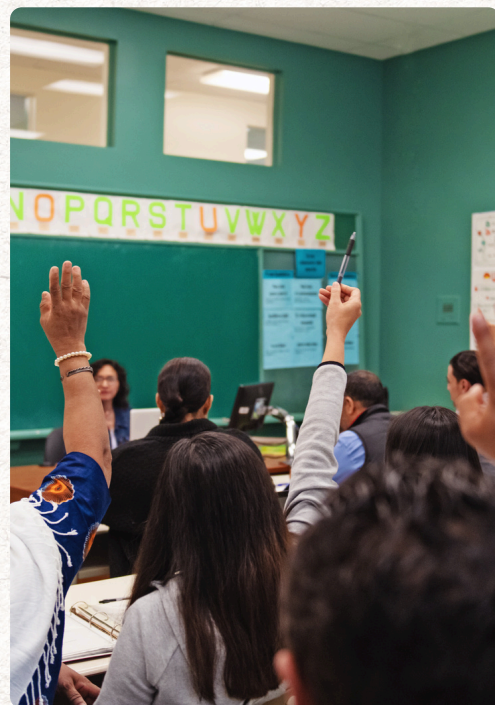
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Oriximiná, o número de vagas por mil habitantes no ensino público começou em 255 em 2019, apresentou uma leve queda até 2020 (248) e iniciou um processo de recuperação, chegando a 268 vagas em 2022. Contudo, em 2023, o indicador voltou a cair, atingindo 246 vagas, o que representa uma perda significativa em relação ao pico anterior. Essa oscilação pode estar ligada a flutuações na capacidade de atendimento do sistema educacional, restrições orçamentárias ou mudanças na demanda estudantil (Gráfico 7).

Na RI Baixo Amazonas, o número de vagas manteve-se elevado e estável entre 2019 e 2021 (cerca de 275 a 276 vagas por mil habitantes), mas apresentou uma queda expressiva a partir de 2022,

caindo para 257 e, depois, para 235 vagas em 2023. Essa redução acentuada, especialmente nos dois últimos anos, pode estar associada a uma retração na oferta de matrículas, possivelmente decorrente do fechamento ou redimensionamento de escolas, sobretudo em áreas mais afastadas da região (Gráfico 7).

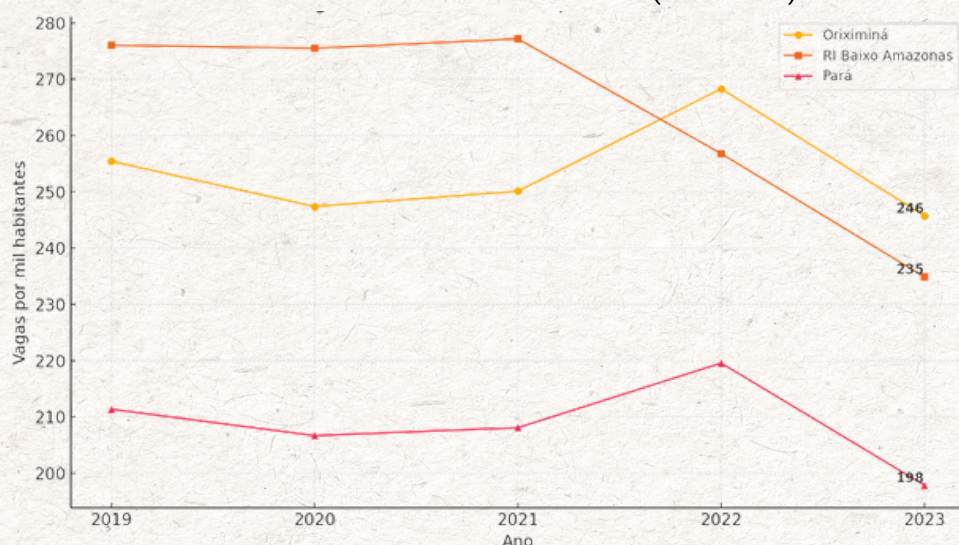
No estado do Pará, o comportamento do indicador é semelhante, mas com patamares mais baixos. Iniciando com 211 vagas por mil habitantes em 2019, houve uma leve oscilação até 2022, quando o número atingiu 219, seguido de uma queda abrupta em 2023 para 198. Essa queda pode refletir os impactos da transição demográfica, além de dificuldades de manutenção e expansão de estru-



turas escolares, especialmente nas redes municipais e estaduais, afetadas por limitações financeiras e logísticas (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 246 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

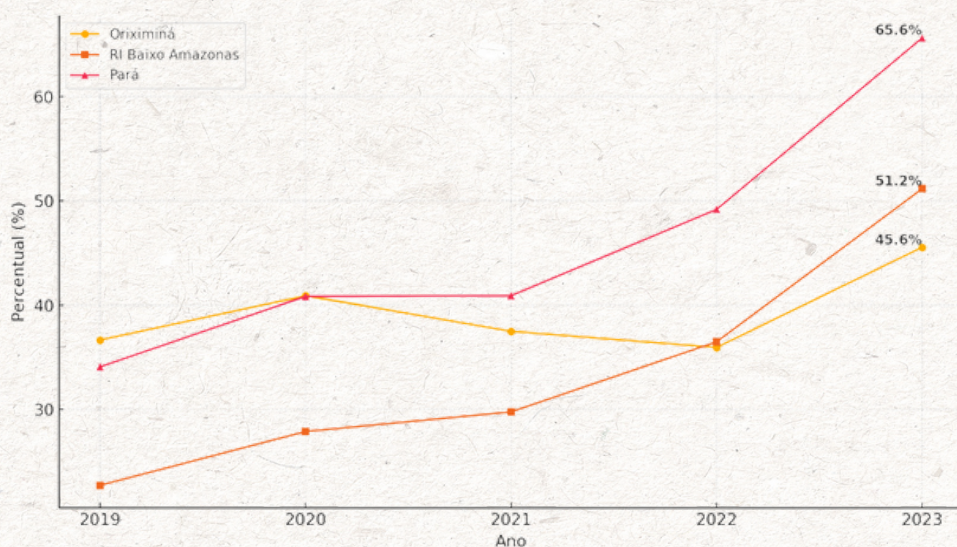
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Oriximiná, o percentual de escolas com acesso à internet apresentou variações entre 2019 e 2022, oscilando entre 36% e 41%, sem grandes avanços no período inicial. Entretanto, em 2023, houve um salto considerável, alcançando 45,6%. Esse aumento pode refletir investimentos mais recentes em conectividade escolar, impulsionados por políticas públicas de inclusão digital e pelas exigências de ensino remoto e híbrido no contexto pós-pandemia (Gráfico 8).

Na RI Baixo Amazonas, o crescimento do acesso à internet nas escolas foi mais gradual até 2021, subindo de 22,5% em 2019 para cerca de 30% em 2021. A partir de 2022, verifica-se uma aceleração expressiva, atingindo 36% e depois 51,2% em 2023. Esse avanço pode indicar a ampliação de programas de conectividade em nível regional, o que tende a beneficiar especialmente os municípios com maiores dificuldades logísticas e tecnológicas (Gráfico 8).

Já no estado do Pará, o avanço foi contínuo e mais expressivo do que nas demais escalas. Partindo de 34% em 2019, o percentual de escolas conectadas cresceu para 49% em 2022 e atingiu 65,6% em 2023. Esse desempenho sugere um esforço estadual mais consistente para promover a inclusão digital nas escolas, o que é crucial para a superação de desigualdades educacionais e a integração de novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



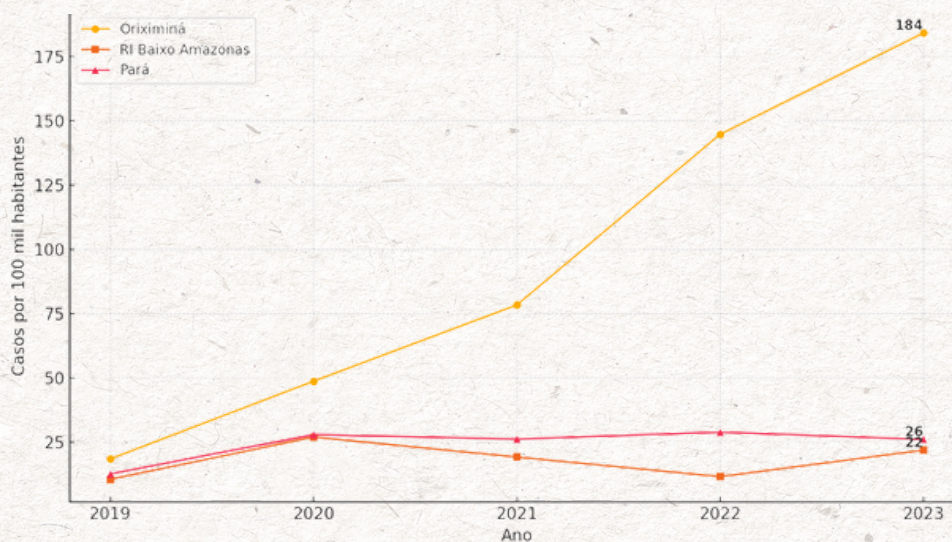
O indicador de violência contra a mulher em Oriximiná apresenta uma trajetória de crescimento contínuo e alarmante ao longo do período analisado. Em 2019, a taxa era de 18 casos por 100 mil habitantes, subindo gradualmente até atingir 78 em 2021. A partir de 2022, o aumento se intensificou, chegando a 145 e, finalmente, a 184 casos por 100 mil habitantes em 2023. Esse crescimento mais que decuplicado em apenas cinco anos aponta para o agravamento das dinâmicas de violência de gênero no município, podendo refletir tanto aumento real dos casos quanto maior notificação e visibilidade do problema (Gráfico 9).



Na RI Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais irregular. Após subir de 13 para 26 entre 2019 e 2020, a taxa caiu para 20 em 2021, atingindo seu menor ponto em 2022, com apenas 12 casos por 100 mil habitantes. No entanto, em 2023 houve um novo aumento para 22. Essa oscilação pode indicar instabilidade nos sistemas de notificação, ou variações na eficácia de políticas de proteção e prevenção regionais. De qualquer forma, os números permanecem significativamente mais baixos do que os registrados em Oriximiná (Gráfico 9).

No estado do Pará, a taxa manteve-se relativamente estável ao longo do período. Iniciando com 14 casos por 100 mil habitantes em 2019, houve leve aumento até 2020 (27), seguido de pequenas oscilações que culminaram em 26 casos em 2023. Apesar da estabilidade, o patamar ainda indica a presença persistente da violência de gênero no estado. A comparação com Oriximiná, entretanto, revela uma situação local muito mais crítica, o que evidencia a necessidade de políticas específicas para o município (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 184 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

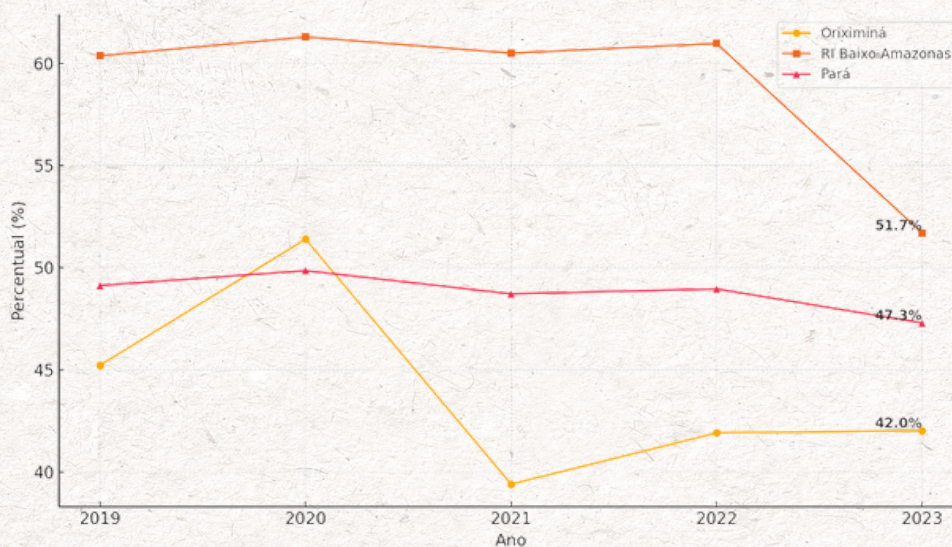
Em Oriximiná, o percentual de mulheres em cargos gerenciais iniciou em 45% em 2019 e apresentou um aumento significativo em 2020, atingindo 51,4%. No entanto, esse avanço não se sustentou: em 2021 houve queda para 39,3%, com uma leve recuperação nos anos seguintes, chegando a 42% em 2022 e mantendo esse percentual em 2023. A oscilação do indicador sugere a fragilidade da presença feminina em espaços de liderança, possivelmente afetada por fatores estruturais e conjunturais como retrações econômicas ou mudanças institucionais (Gráfico 10).



Na Região de Integração Baixo Amazonas, o cenário foi inicialmente positivo. O percentual permaneceu consistentemente acima de 60% entre 2019 e 2022, demonstrando forte presença feminina na liderança regional. No entanto, em 2023, houve queda significativa para 51,7%, o que representa uma perda expressiva de representatividade. Essa redução pode estar relacionada a transições políticas ou mudanças nas estruturas de governança local, devendo ser acompanhada de perto (Gráfico 10).

Já no estado do Pará, o percentual foi mais estável e moderado. Com 49% em 2019, o índice oscilou levemente nos anos seguintes, alcançando 47,3% em 2023. Apesar de não apresentar avanços consistentes, o estado mantém uma base sólida de participação feminina em cargos gerenciais, embora ainda aquém da paridade ideal. A estabilidade estadual contrasta com as oscilações mais abruptas vistas em Oriximiná e na RI Baixo Amazonas, revelando diferentes dinâmicas institucionais e culturais no território (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o percentual também é baixo, mas houve ligeira evolução. O índice saiu de 1,5% em 2019 para 2,2% em 2023. Embora o crescimento seja modesto, indica algum avanço no atendimento à população de baixa renda, ainda que em ritmo aquém das necessidades da região. O dado sugere que políticas de saneamento regionalizadas precisam ser mais incisivas e direcionadas às áreas com maior carência de infraestrutura (Gráfico 11).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

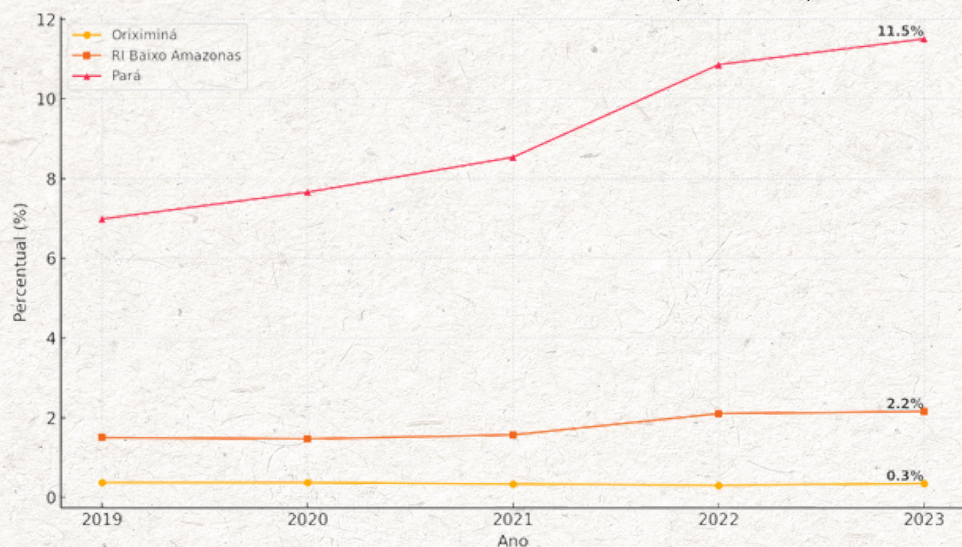
O indicador em Oriximiná revela uma estagnação crítica ao longo do período. Em 2019, apenas 0,3% da população de baixa renda contava com acesso à coleta de esgoto, patamar que se manteve praticamente inalterado até 2022, com uma leve retomada do mesmo valor (0,3%) em 2023. Essa imobilidade evidencia um cenário de exclusão persistente, com ausência de políticas efetivas voltadas à ampliação do serviço entre as populações mais vulneráveis do município (Gráfico 11).

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.



No estado do Pará, a evolução foi mais significativa, ainda que o percentual permaneça distante do ideal. Em 2019, 7% da população de baixa renda tinha acesso à coleta de esgoto, subindo de forma constante até atingir 11,5% em 2023. Esse crescimento reflete um esforço estadual mais robusto em ampliar o saneamento básico, sobretudo após 2021. Apesar disso, o acesso ainda está concentrado nas regiões urbanas e não alcança com equidade municípios do interior como Oriximiná (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto per capita com saneamento básico em Oriximiná apresentou variações expressivas ao longo do período. Em 2019, o município investia aproximadamente R\$ 119 por habitante, valor que caiu drasticamente para R\$ 37 em 2020, refletindo possível corte orçamentário ou reordenamento de prioridades. A partir de 2021, houve uma recuperação progressiva, atingindo R\$ 66 em 2023, o que sinaliza tentativa de retomada da política de saneamento, ainda que sem reflexo direto na ampliação da cobertura para a população de baixa renda (Gráfico 12).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os valores são significativamente menores. Em 2019, o gasto era de R\$ 33 per capita, com queda contí-

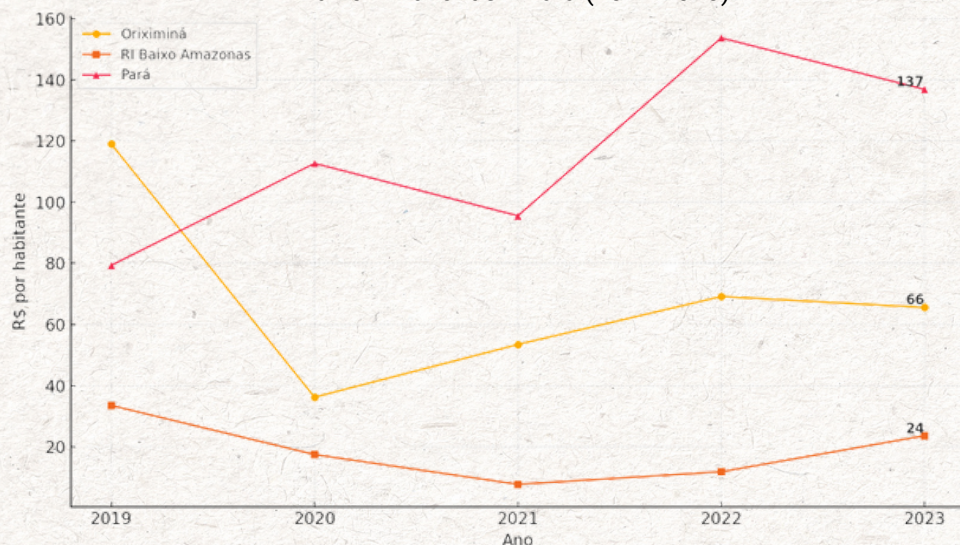
nua até 2021 (R\$ 9), seguida de leve recuperação em 2023 (R\$ 24). Esse padrão revela uma tendência de desinvestimento prolongado, o que compromete a expansão da infraestrutura básica na região. Os baixos níveis de gasto indicam dificuldade de alocação orçamentária para o setor nos municípios da RI (Gráfico 12).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou os maiores níveis de investimento por habitante. Partindo de R\$ 80 em 2019, o valor cresceu de forma significativa até alcançar R\$ 154 em 2022, com ligeira redução para R\$ 137 em 2023. Esse comportamento evidencia uma priorização crescente do saneamento básico no orçamento estadual, o que pode explicar o aumento do percen-

tual de coleta de esgoto na população de baixa renda. Entretanto, a efetividade dessa política ainda encontra desafios na redistribuição equitativa dos investimentos entre os municípios (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 66/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



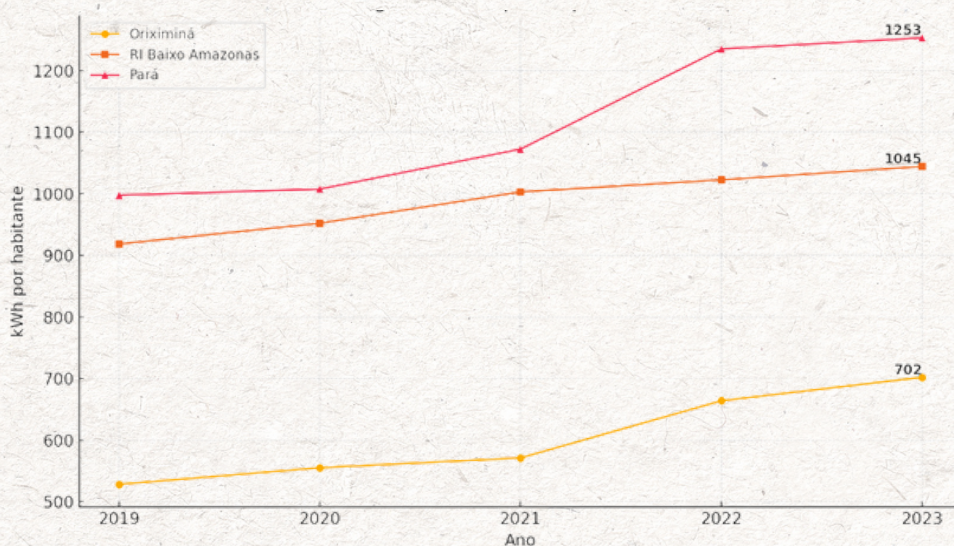
Em Oriximiná, o consumo per capita de energia elétrica cresceu de maneira constante entre 2019 e 2023, partindo de cerca de 529 kWh/hab. em 2019 para 702 kWh/hab. em 2023. Embora o crescimento represente avanço no acesso à energia, o município ainda apresenta consumo consideravelmente inferior às médias estadual e regional, o que pode refletir limitações na infraestrutura elétrica, alta incidência de informalidade energética ou desigualdades no uso residencial e comercial da energia (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

A Região de Integração Baixo Amazonas apresentou crescimento igualmente estável, iniciando com aproximadamente 917 kWh/hab. em 2019 e alcançando 1.045 kWh/hab. em 2023. Os valores mais elevados em relação a Oriximiná podem estar associados à maior concentração urbana e à presença de polos econômicos regionais com demanda energética superior. Essa trajetória sugere expansão da cobertura e do uso de energia, embora com possíveis disparidades intrar-regionais (Gráfico 13).

O estado do Pará demonstra o maior avanço e os mais altos níveis de consumo per capita no período. O indicador partiu de 996 kWh/hab. em 2019 e chegou a 1.253 kWh/hab. em 2023, com aumento mais expressivo entre 2021 e 2022. Esse crescimento pode ser explicado pela urbanização crescente, expansão do setor industrial e melhoria do acesso à eletricidade em áreas antes isoladas. No entanto, a média estadual pode esconder desigualdades territoriais como as evidenciadas em Oriximiná, que está muito abaixo da média paraense (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 702 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Oriximiná apresenta um quadro preocupante com relação ao uso de iluminação fóssil entre famílias de baixa renda. Em 2019, 18,2% dos domicílios utilizavam essa forma precária de iluminação, percentual que se manteve alto durante todo o período e atingiu um pico de 20% em 2022. Em 2023, houve leve redução para 18,5%, mas o indicador segue muito acima da média estadual, evidenciando exclusão energética persistente e riscos à saúde e segurança da população vulnerável (Gráfico 14).



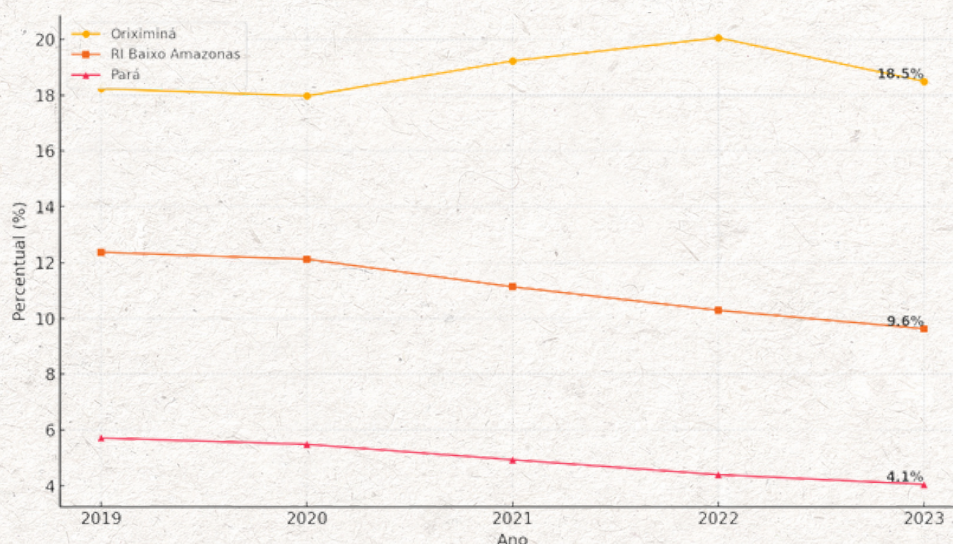
Na RI Baixo Amazonas, o percentual é menor, mas ainda elevado. O indicador caiu de 12,5% em 2019 para 9,6% em 2023, em um movimento contínuo de redução. Isso pode refletir políticas públicas regionais de extensão da rede elétrica ou programas de transição energética. Apesar do avanço, quase 1 em cada 10 domicílios de baixa renda ainda depende de iluminação fóssil, o que reforça a necessidade de ações mais eficazes e direcionadas às áreas rurais e ribeirinhas da região (Gráfico 14).

os menores percentuais entre os três recortes territoriais, com uma tendência consistente de queda. Em 2019, 5,7% dos domicílios de baixa renda utilizavam iluminação fóssil; em 2023, esse número caiu para 4,1%. Apesar dos avanços, esse indicador mostra que a erradicação total da iluminação fóssil ainda não foi alcançada nem mesmo em nível estadual, reforçando a importância de universalizar o acesso à energia elétrica de forma segura e sustentável, especialmente em comunidades remotas (Gráfico 14).



O estado do Pará apresenta

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

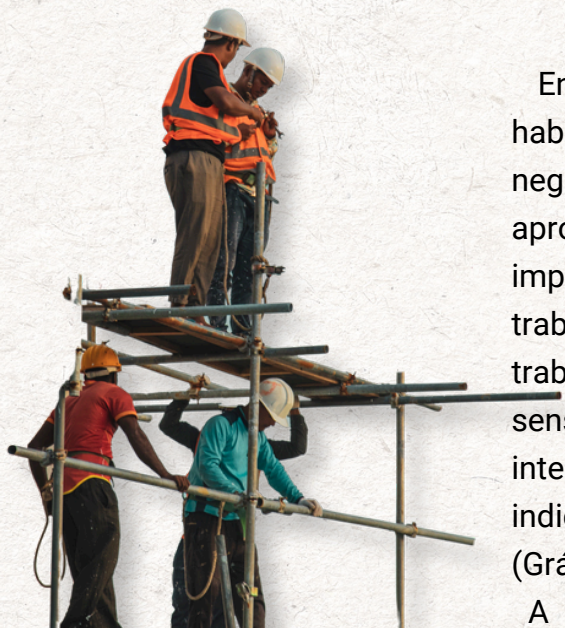
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

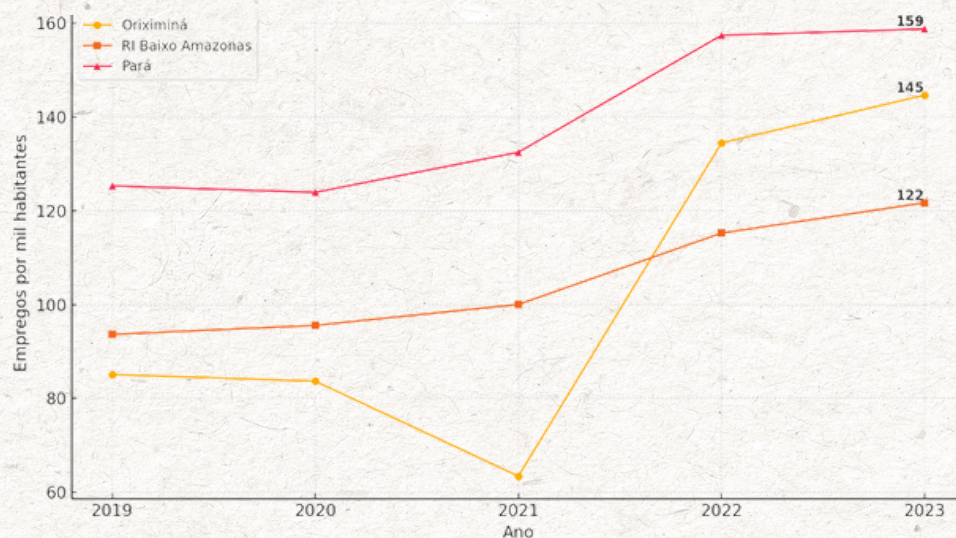


Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o número de empregos formais por mil habitantes em Oriximiná apresentou uma tendência negativa, partindo de cerca de 85 para um mínimo de aproximadamente 63 em 2021. Esse recuo reflete os impactos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho local, com provável fechamento de postos de trabalho no setor de serviços e comércio, que são mais sensíveis a choques econômicos. A retração foi mais intensa em Oriximiná do que na média regional e estadual, indicando maior vulnerabilidade da estrutura produtiva local (Gráfico 15).

A partir de 2022, observa-se uma forte recuperação do emprego formal no município, saltando de 63 para 134 empregos formais por mil habitantes, e chegando a 145 em 2023. Esse crescimento representa uma retomada robusta da formalização do trabalho, possivelmente impulsionada por investimentos públicos ou privados, reativação de setores produtivos e ações de fomento ao emprego. Apesar da melhora recente, o nível de 2023 ainda está abaixo da média do estado do Pará, mas já supera a média da Região de Integração Baixo Amazonas (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 145 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



da média, ainda que tal crescimento não necessariamente represente distribuição equitativa (Gráfico 16).

Na RI Baixo Amazonas, o desempenho do PIB per capita foi mais modesto, partindo de R\$ 15.370 em 2018 e chegan-

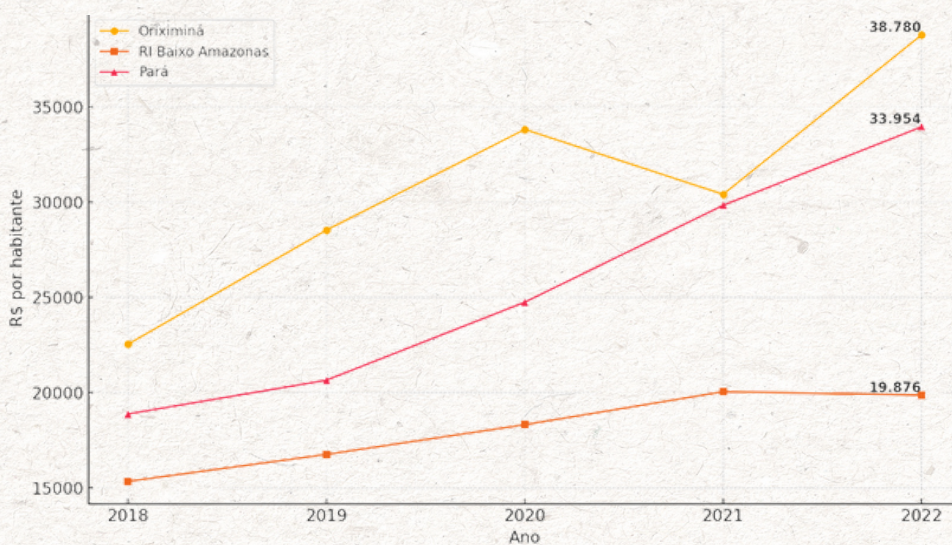
do a R\$ 19.876 em 2022. O crescimento foi constante, mas em ritmo mais lento e sem oscilações acentuadas. Isso pode indicar uma economia mais dependente de setores tradicionais, como o comércio e serviços públicos, e com menor dinamismo industrial ou extrativista em comparação com Oriximiná, o que limita ganhos expressivos de produtividade e renda agregada (Gráfico 16).

do Pará sem grandes oscilações. Já o estado do Pará apresentou níveis mais elevados em todo o período, com aceleração especialmente entre 2021 e 2022, atingindo 159 empregos formais por mil habitantes em 2023. A análise comparativa revela que, embora Oriximiná tenha iniciado o período em desvantagem, seu desempenho recente sinaliza uma trajetória de recuperação que poderá, se mantida, aproximar-se dos patamares regionais mais avançados (Gráfico 15).

O município de Oriximiná apresentou forte crescimento no PIB per capita ao longo do período, iniciando com R\$ 22.758 em 2018 e alcançando R\$ 38.780 em 2022. Apesar de uma leve queda em 2021, o indicador retoma a trajetória ascendente em 2022 com uma elevação expressiva. Esse comportamento indica expansão econômica relevante, possivelmente relacionada à atividade mineral ou industrial local, que contribui significativamente para o aumento da ren-



Gráfico16 - PIB per capita, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

O estado do Pará apresentou uma evolução robusta do PIB per capita, subindo de R\$ 18.958 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. Houve um crescimento especialmente significativo a partir de 2020, o que pode estar relacionado à recuperação econômica pós-pandemia e ao desempenho de setores estratégicos como mineração, energia e agricultura de exportação. A trajetória do Pará aproxima-se da verificada em Oriximiná, embora com patamar ligeiramente inferior no final do período analisado (Gráfico 16).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 38.780/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Oriximiná, a participação da indústria no PIB apresentou valores elevados e destaque na comparação com os demais territórios. O indicador cresceu de 33,9% em 2018 para 51,1% em 2020, mantendo-se acima de 48,6% em 2022, mesmo após uma queda em 2021 (42,2%). Esse comportamento evidencia o forte peso da indústria, provavelmente influenciada por atividades de extração mineral, transformação e geração de energia, o que confere ao município um perfil econômico industrializado dentro da Amazônia (Gráfico 17).

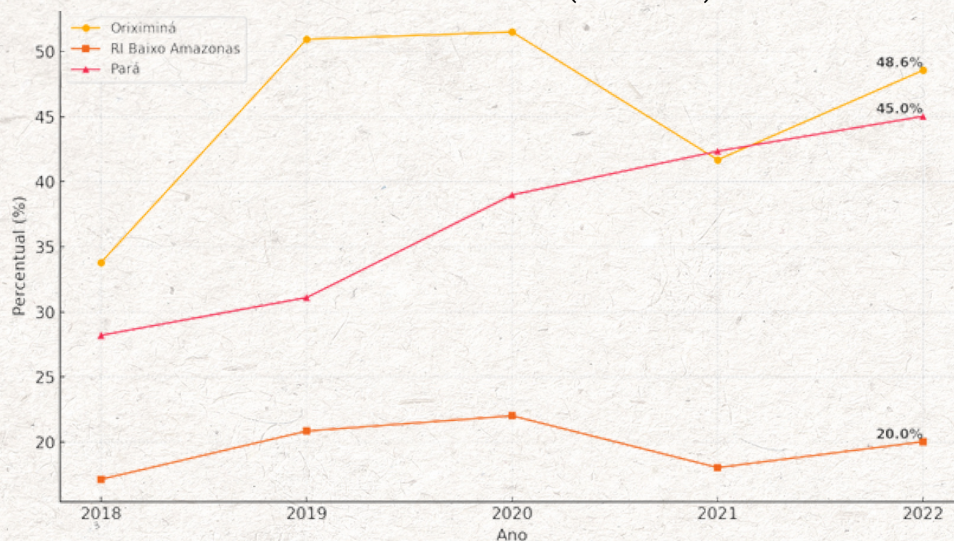
Na RI Baixo Amazonas, a indústria representa uma fração bem menor da economia. O indicador oscilou entre 17,1% em 2018 e 20% em 2022, com pico em 2020 (22,5%) e recuo posterior. Esses dados sugerem que a economia regional é menos industrializada e mais dependente de setores como agricultura, comércio e serviços. A baixa participação industrial limita o potencial de geração de valor agregado e inovação produtiva, restringindo o dinamismo econômico da região (Gráfico 17).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento con-

sitente no valor adicionado da indústria, passando de 28,2% em 2018 para 45% em 2022. A elevação da participação industrial reflete a consolidação de cadeias produtivas baseadas na mineração, energia e agronegócio, com grande concentração nas regiões sudeste e nordeste do estado. O avanço industrial paraense é notável, aproximando-se dos níveis de Oriximiná e demonstrando o papel central da indústria no crescimento econômico estadual (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 48,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes em Oriximiná apresentou forte oscilação. O município iniciou o período com 13 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 e manteve-se estável em 2020. Contudo, em 2021, houve uma queda abrupta para apenas 5 profissionais, possivelmente refletindo desligamentos, ausência de contratação pública ou descontinui-



dade de projetos científicos locais. A partir de 2022, o cenário se inverte com um aumento expressivo para 19 profissionais, patamar que se manteve em 2023, indicando uma recuperação importante e possível reestruturação das capacidades locais em ciência e pesquisa (Gráfico 18).

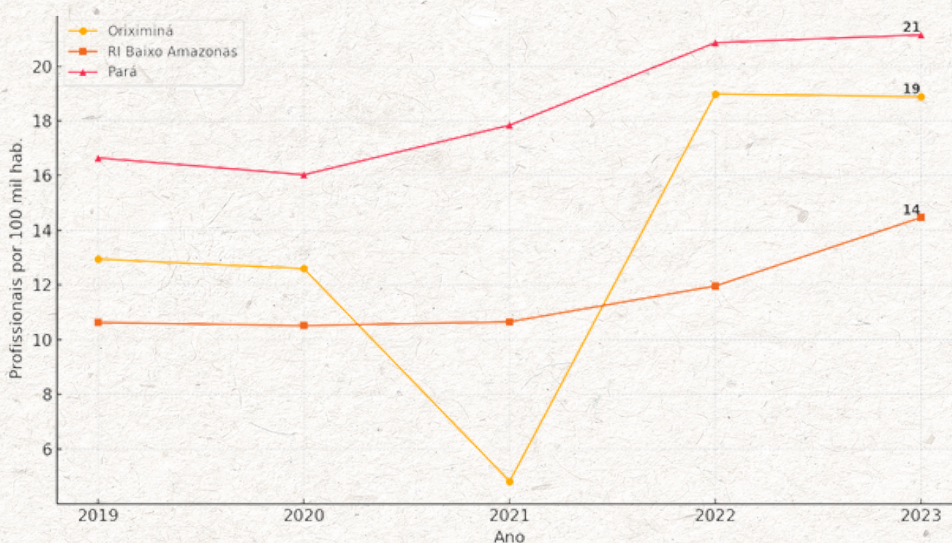
Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi mais estável e com crescimento gradual. Partindo de 10,6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, a RI apresentou uma leve queda até 2021, mas retomou a curva ascendente nos anos seguintes, encerrando 2023 com 14 profissionais. Embora o crescimento não tenha sido acelerado, a tendência positiva demonstra algum fortalecimento da estrutura regional de ciência, tecnologia e inovação, ainda que em níveis inferiores aos de Oriximiná no final do período (Gráfico 18).

O estado do Pará apresentou os melhores desempenhos durante toda a série histórica. Em 2019, havia 16,6 profissionais da ciência por 100 mil habitantes, número que cresceu de





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

forma contínua, atingindo 21 em 2023. O aumento expressivo, especialmente entre 2021 e 2022, pode estar associado a políticas estaduais de incentivo à pesquisa, ampliação de programas de bolsas e consolidação de centros de pesquisa. A trajetória do Pará revela uma evolução robusta da capacidade científica, contrastando com as oscilações de Oriximiná e reforçando a necessidade de interiorizar mais consistentemente os investimentos em ciência e tecnologia (Gráfico 18).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



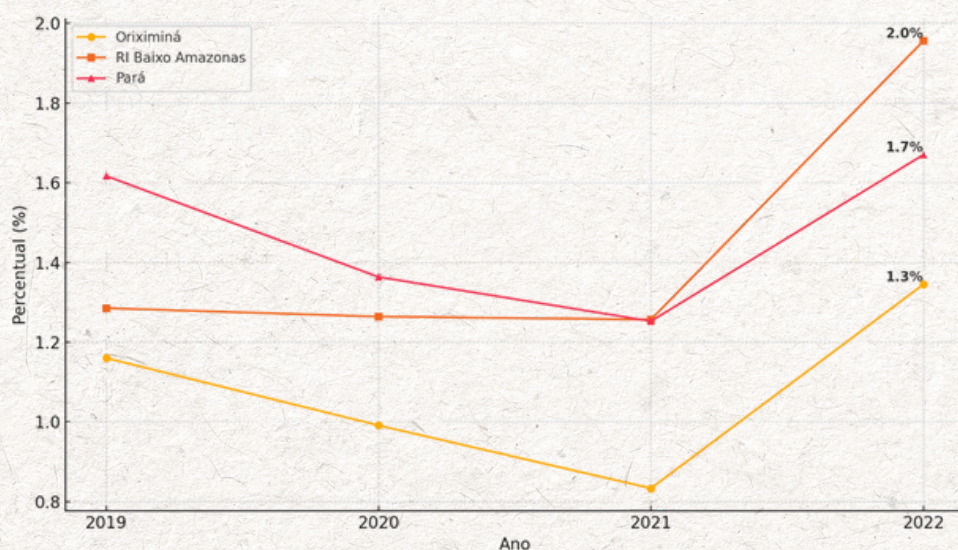
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o indicador “Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)” em Oriximiná apresentou uma trajetória inicial de queda, partindo de aproximadamente 1,16% em 2019 para 0,83% em 2021, com recuperação significativa em 2022, quando alcançou 1,3%. Esse comportamento sugere um impacto inicial negativo – possivelmente associado aos efeitos da pandemia sobre o mercado formal de trabalho – seguido de um reaquecimento da economia local e da recomposição da massa salarial, embora ainda abaixo da média estadual (Gráfico 19).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador manteve relativa estabilidade entre 2019 e 2021, oscilando levemente em torno de 1,27%, mas experimentou uma elevação expressiva em 2022, atingindo 2,0% do PIB regional. Esse salto representa um ganho proporcional relevante da massa salarial formal frente ao PIB e pode indicar aumento nos salários formais, maior formalização do trabalho ou desaceleração do PIB sem redução proporcional dos vínculos formais, o que merece investigação mais aprofundada (Gráfico 19).

Já o estado do Pará, como um todo, apresentou uma trajetória de queda contínua entre 2019 (1,61%) e 2021 (1,26%), seguida também de recuperação em 2022 (1,7%). O comportamento estadual revela uma tendência similar à de Oriximiná, mas com níveis superiores durante todo o período analisado, refletindo a concentração de empregos formais em regiões economicamente mais dinâmicas do estado. A retomada em 2022 sugere um contexto de reativação econômica pós-pandemia, com recuperação do emprego formal em proporção ao PIB (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

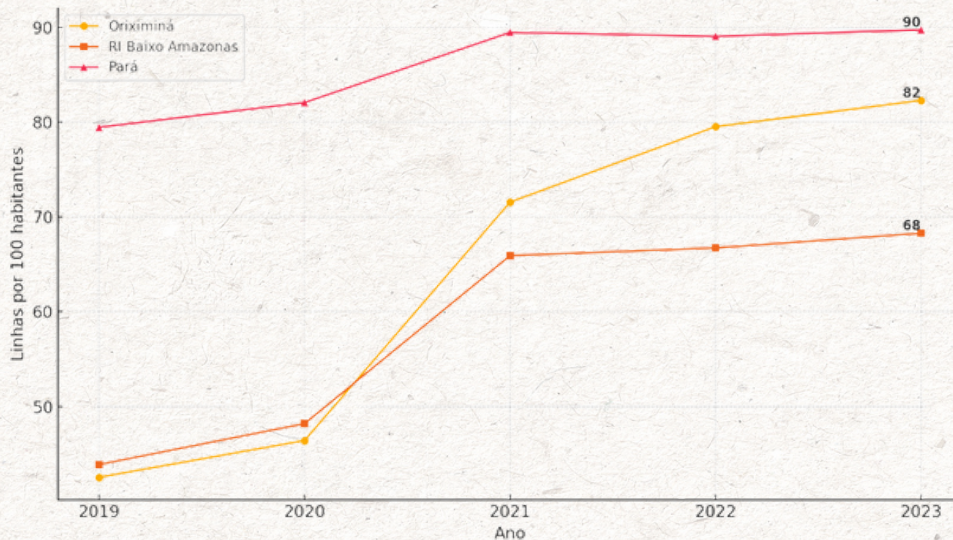
O indicador de acesso à telefonia móvel em Oriximiná apresentou expressivo crescimento entre 2019 e 2023, saindo de 42 linhas por 100 habitantes em 2019 para 82 em 2023. O salto mais acentuado ocorreu entre 2020 e 2021, com aumento de quase 25 pontos, indicando um processo acelerado de expansão da infraestrutura de telecomunicações e/ou maior popularização dos serviços móveis. Essa evolução sugere uma ampliação significativa do acesso à comunicação digital no município, o que pode impactar positivamente setores como educação, comércio e inclusão digital (Gráfico 20).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a trajetória foi semelhante, ainda que com valores absolutos inferiores aos de Oriximiná em 2023. A RI partiu de 44 linhas por 100 habitantes em 2019 e chegou a 68 em 2023, demonstrando crescimento constante ao longo do período, especialmente entre 2020 e 2021. Apesar do progresso, o patamar final permaneceu abaixo da média estadual e do município, evidenciando possíveis desigualdades infraestruturais entre os municípios que compõem a RI (Gráfico 20).



No nível estadual, o Pará iniciou o período em um patamar já elevado (79 em 2019) e alcançou 90 linhas por 100 habitantes em 2023, mantendo-se em nível superior ao das demais escalas. O crescimento, embora mais moderado, reflete a consolidação do serviço no estado. A estabilidade entre 2021 e 2023 sugere que o estado pode estar se aproximando de um ponto de saturação do mercado de telefonia móvel, especialmente nos centros urbanos mais desenvolvidos (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 82 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

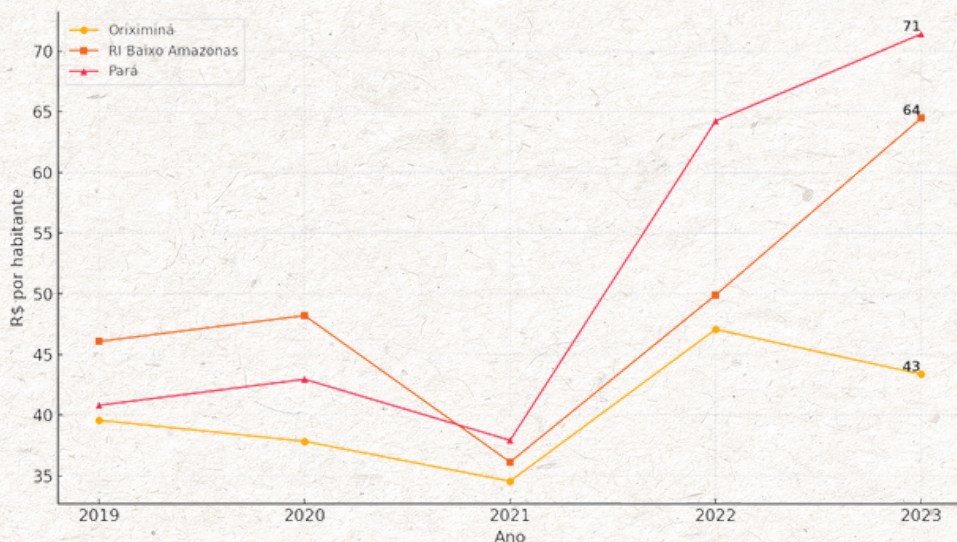
Oriximiná apresentou variação considerável nas despesas públicas per capita com cultura e gestão ambiental entre 2019 e 2023. Após iniciar o período com R\$ 40 por habitante em 2019, o município reduziu esse valor para R\$ 34 em 2021, atingindo o ponto mais baixo da série. A partir de 2022 houve recuperação até R\$ 47, seguida por leve queda para R\$ 43 em 2023. Essa oscilação sugere fragilidades na manutenção de investimentos contínuos nas áreas socioculturais e ambientais, o que pode comprometer a efetividade de políticas públicas estruturantes no território (Gráfico 21).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o padrão geral foi similar, com queda até 2021 (de R\$ 46 para R\$ 36) e forte recuperação posterior, alcançando R\$ 64 em 2023. A retomada foi ainda mais expressiva do que em Oriximiná, o que indica um possível esforço regional coordenado de reposicionamento das políticas públicas voltadas à cultura e ao meio ambiente. Esse avanço pode refletir maior sensibilidade institucional diante das demandas locais por valorização cultural e preservação ambiental, áreas críticas para a sustentabilidade regional (Gráfico 21).

No estado do Pará, observa-se a maior amplitude de variação: de R\$ 42 em 2019 para um pico de R\$ 71 em 2023. O recuo até 2021, seguido por forte aumento nos dois anos seguintes (sobretudo entre 2021 e 2022), sinaliza uma possível reorientação orçamentária, talvez em resposta a políticas estaduais de fomento cultural e ambiental no pós-pandemia. O resultado de 2023 coloca o Pará com o maior valor per capita entre os três níveis, sugerindo uma retomada estratégica de investimentos nessas áreas no âmbito estadual (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



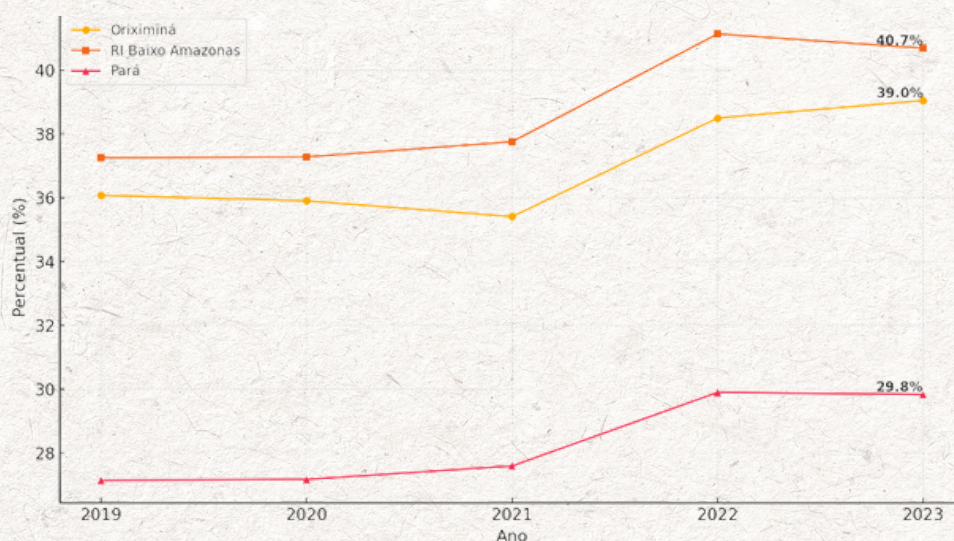
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

O indicador de queima ou enterro de lixo por pessoas de baixa renda em Oriximiná mostra uma tendência de crescimento ao longo do período analisado. Em 2019, cerca de 36% da população de baixa renda recorria a esse tipo de destinação de resíduos sólidos, índice que caiu levemente até 2021 (35,5%) e, a partir de então, subiu expressivamente, chegando a 39% em 2023. Esse crescimento indica retrocessos na universalização do acesso ao serviço de coleta regular de lixo, especialmente entre as camadas mais vulneráveis da população local (Gráfico 22).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a trajetória foi semelhante, mas com patamares um pouco mais elevados. O percentual permaneceu relativamente estável entre 2019 e 2021, oscilando em torno de 37,3%, mas avançou para um pico de 41,2% em 2022, encerrando 2023 em 40,7%. A permanência de valores altos na região reforça a hipótese de que há carência estrutural no sistema de coleta e destinação final adequada de resíduos sólidos nos municípios do entorno, afetando principalmente famílias de baixa renda (Gráfico 22).

Já o estado do Pará apresentou os menores percentuais em todos os anos, com uma leve oscilação entre 27,1% em 2019 e 29,8% em 2023. Embora esse crescimento seja moderado, ele revela que mesmo em nível estadual a cobertura dos serviços de coleta de lixo não tem sido suficiente para eliminar práticas inadequadas entre a população de baixa renda. O aumento recente pode estar relacionado à expansão urbana desordenada ou à dificuldade de manutenção de serviços públicos em áreas periféricas (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

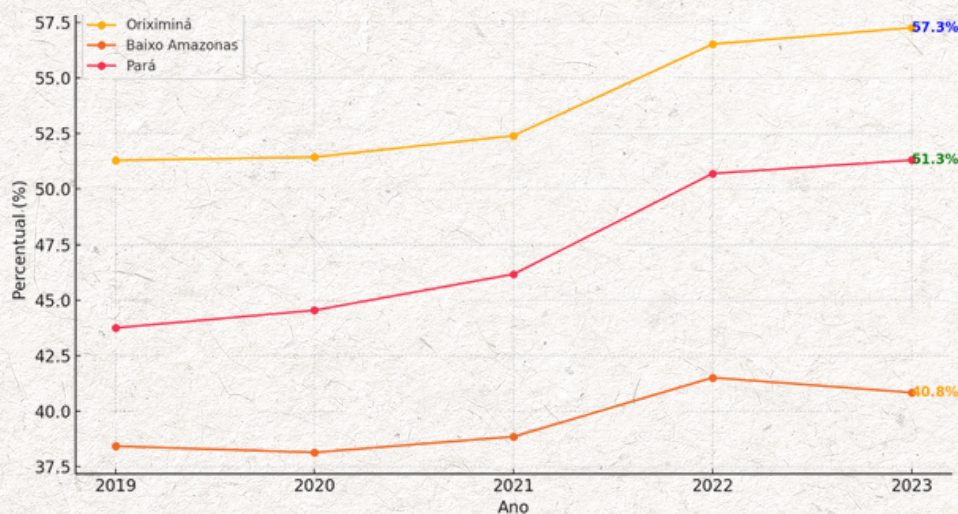
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Oriximiná, o percentual da população de baixa renda que utiliza fossas rudimentares como forma de esgotamento sanitário permaneceu acima de 50% durante todo o período analisado. Em 2019, o índice era de 51,3% e cresceu continuamente, atingindo 57,3% em 2023. Esse aumento evidencia a persistência de condições precárias de saneamento entre os grupos mais pobres do município, o que representa um desafio crítico para as políticas públicas voltadas à saúde, qualidade de vida e preservação ambiental (Gráfico 23).

A Região de Integração do Baixo Amazonas apresentou percentuais menores, partindo de 38,2% em 2019 e encerrando o período em 40,8% em 2023. Embora o nível seja inferior ao de Oriximiná, a RI também revela dificuldades em reduzir o uso de fossas rudimentares, especialmente entre a população mais vulnerável. A queda observada em 2023 após alta em 2022 pode indicar variações pontuais, mas o patamar ainda elevado aponta para a necessidade de investimentos em redes de esgoto adequadas e acessíveis (Gráfico 23).

No contexto estadual, o Pará apresenta uma trajetória de crescimento constante, com o indicador subindo de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse avanço reflete a insuficiência das políticas públicas de saneamento básico para a população de baixa renda em diversas regiões do estado. A aproximação do valor estadual ao patamar observado em Oriximiná evidencia que o problema é estrutural e demanda ações coordenadas entre diferentes níveis de governo para garantir acesso universal a soluções sanitárias seguras (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



O município de Oriximiná apresentou um crescimento expressivo nos gastos per capita com prevenção de desastres entre 2019 e 2021, saltando de aproximadamente R\$ 302 para R\$ 512 por habitante. Esse aumento pode refletir investimentos preventivos diante de eventos climáticos extremos ou o fortalecimento de políticas públicas voltadas à redução de riscos. No entanto, a partir de 2022, os valores começaram a recuar, fechando 2023 com R\$ 383 por habitante, sinali-

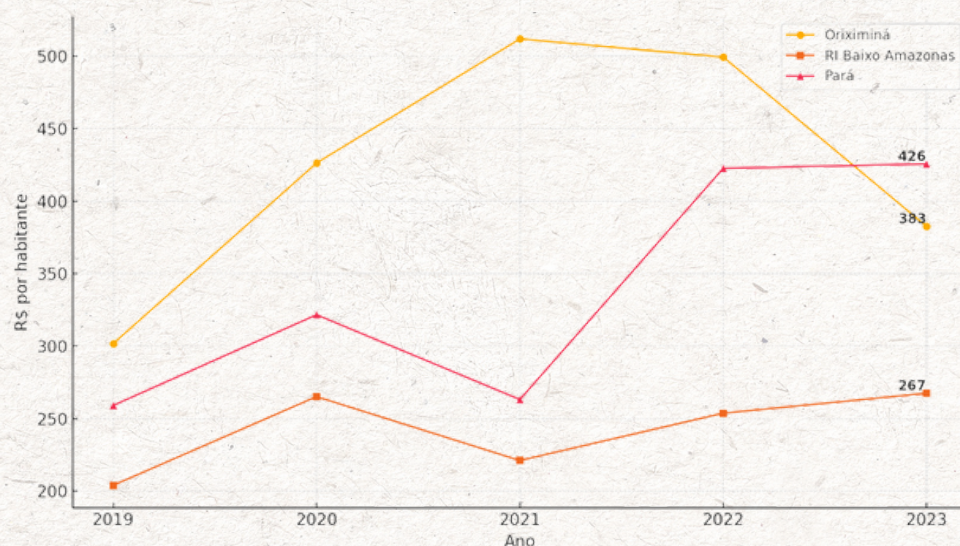
zando possível retração orçamentária ou priorização de outras áreas no planejamento municipal (Gráfico 24).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os valores per capita foram consistentemente mais baixos que os de Oriximiná, com uma trajetória relativamente estável. Os gastos variaram de R\$ 203 em 2019 para R\$ 267 em 2023, com leve oscilação ao longo do período. Esse padrão pode indicar limitações estruturais e orçamentárias para ampliar a atuação preventiva em mu-

nicípios da região, o que pode elevar a vulnerabilidade local a desastres naturais, especialmente em áreas ribeirinhas ou sujeitas a alagamentos (Gráfico 24).

Em nível estadual, o Pará apresentou uma evolução mais moderada até 2021, mas um salto considerável em 2022, quando os gastos saltaram de R\$ 262 para R\$ 426 por habitante. Esse acréscimo pode estar associado à institucionalização de programas estaduais de resiliência e mitigação de riscos. Em 2023, os valores se mantiveram em patamar elevado, sugerindo maior compromisso do governo estadual com políticas de prevenção, possivelmente em resposta a alertas climáticos ou eventos recorrentes (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 383/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O indicador de despesa per capita com preservação aquática em Oriximiná permaneceu em níveis baixos entre 2019 e 2022, variando entre R\$ 47 e R\$ 38 por habitante. Essa baixa aplicação pode indicar ausência de políticas estruturadas voltadas à proteção de rios, igarapés e ecossistemas aquáticos, que são fundamentais para a sustentabilidade ambiental do município. No entanto, em 2023, houve um crescimento relevante, alcançando R\$ 67 por habitante, o que pode sinalizar o início de um esforço institucional nesse campo (Gráfico 25).



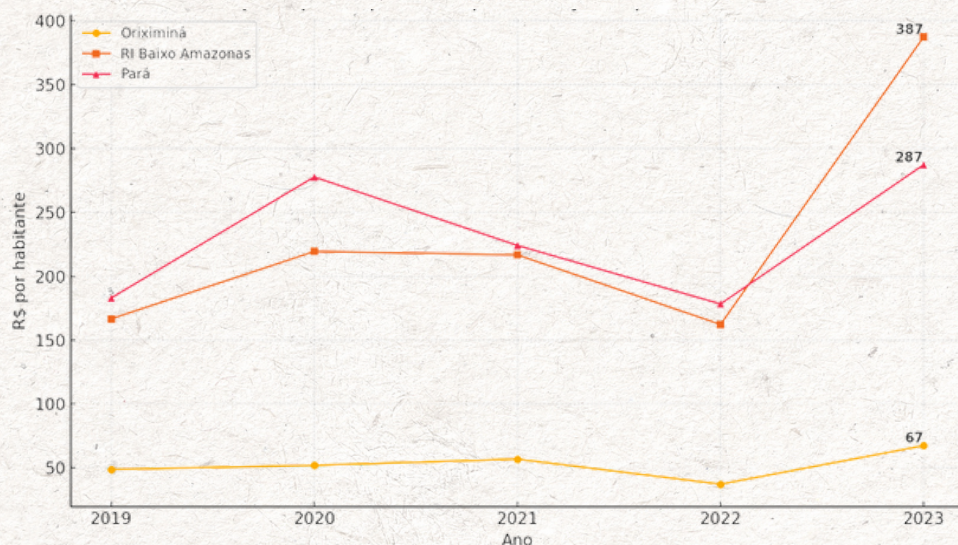
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, os valores foram substancialmente mais elevados e apresentaram trajetória relativamente estável entre 2019 e 2022, com leve queda nesse último ano (de R\$ 218 para R\$ 163). Em 2023, no entanto, os gastos dispararam, atingindo R\$ 387 por habitante. Esse salto pode refletir a execução de políticas regionais de preservação de corpos hídricos, que são estratégicos

para a economia local, abastecimento e manutenção dos modos de vida tradicionais (Gráfico 25).

No Estado do Pará, o comportamento do indicador revela uma tendência semelhante à da RI. Os gastos aumentaram entre 2019 e 2020, chegando a R\$ 276, seguidos por uma retração até 2022 (R\$ 176) e nova alta em 2023, com R\$ 287 por habitante. Essa oscilação sugere variações nos ci-

culos de investimento, possivelmente relacionados à disponibilidade de recursos ou à implementação de programas pontuais. Ainda assim, o patamar estadual se manteve sempre acima dos valores registrados em Oriximiná, reforçando a necessidade de fortalecimento da agenda local de preservação aquática (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 67/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O município de Oriximiná apresentou uma elevada cobertura florestal ao longo de todo o período analisado (2019–2023), oscilando entre 85,7% e 91,7%. Após uma leve redução entre 2020 e 2021, o percentual de área florestada voltou a crescer, atingindo seu ponto mais alto em 2022 e mantendo-se estável em 2023. Esse comportamento reflete a presença de extensas áreas preservadas, associadas possivelmente a unidades de conservação, territórios indígenas e baixa pressão antrópica, caracterizando Oriximiná como um dos municípios com maior integridade ambiental do estado (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a cobertura florestal seguiu uma tendência similar, embora com valores

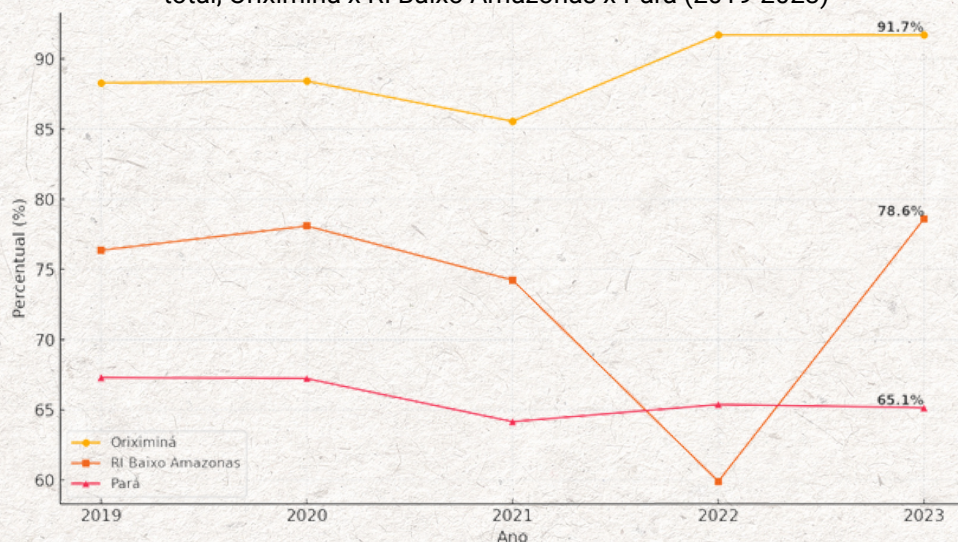
levemente inferiores. O percentual da área de floresta variou de 76,5% em 2019 para 60% em 2022, demonstrando uma queda acentuada nesse ano. No entanto, em 2023 houve uma recuperação significativa, com o índice subindo para 78,6%, o que pode indicar revisão de dados, ações de recomposição florestal, ou de-



saceleração do desmatamento em escala regional (Gráfico 26).

No Estado do Pará, os percentuais de área florestada foram consistentemente menores do que nos níveis municipal e regional, mantendo-se estáveis entre 67% e 65% ao longo dos cinco anos. Esse padrão revela uma condição estrutural de maior pressão sobre os recursos florestais em diversas regiões do estado. A leve recuperação em 2022 e estabilidade em 2023 podem indicar esforços pontuais de controle ambiental, mas o cenário geral ainda demonstra desafios para a contenção do avanço do desmatamento no território paraense (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 91,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Oriximiná apresentou baixos níveis de área desmatada em relação à sua área total, mantendo-se em torno de 1,5% entre 2019 e 2023. Essa estabilidade contrasta com a realidade de muitos municípios amazônicos e reforça o status de Oriximiná como uma área prioritária para conservação ambiental. A baixa taxa de desmatamento, associada ao alto percentual de cobertura florestal, posiciona o município como exemplo de resiliência ecológica, com potencial para liderar agendas de desenvolvimento sustentável (Gráfico 27).

A Região de Integração do Baixo Amazonas, por outro lado, apresentou percentuais mais elevados, com um aumento expressivo entre 2021

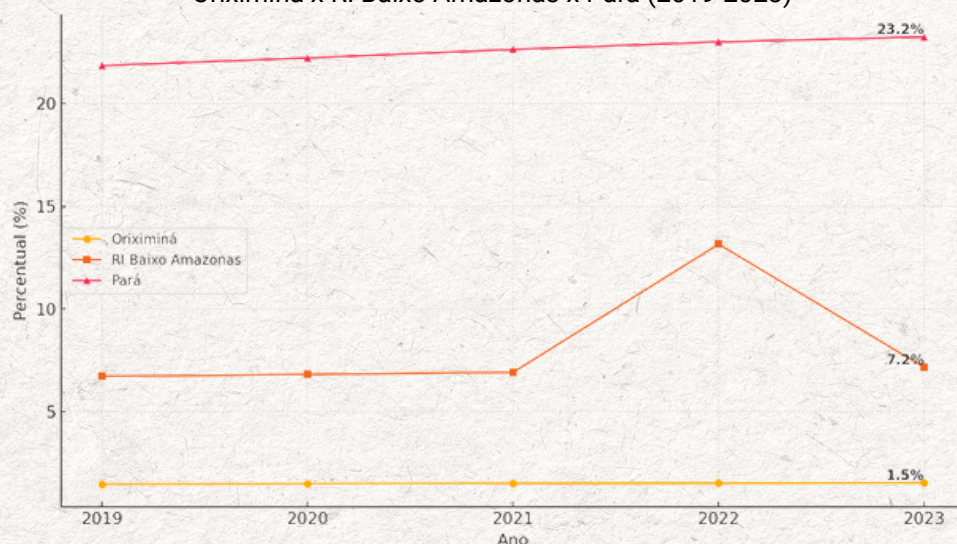
(6,9%) e 2022 (13,2%). Essa elevação acentuada pode ter relação com pressões por expansão agropecuária, exploração madeireira ou atividades ilegais em determinados municípios da região. Em 2023, o indicador recuou para 7,2%, o que pode refletir ações de fiscalização ambiental ou redução da pressão sobre áreas sensíveis após o pico anterior (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual de área desmatada manteve uma trajetória ascendente, saindo de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. O crescimento contínuo do desmatamento reflete a intensa pressão sobre os ecossistemas florestais paraenses, principalmente na região da BR-163, sudeste e sudoeste do es-

tado. Essa expansão compromete os esforços de mitigação das mudanças climáticas e sinaliza a necessidade urgente de políticas públicas integradas para controle, fiscalização e promoção de alternativas econômicas sustentáveis (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

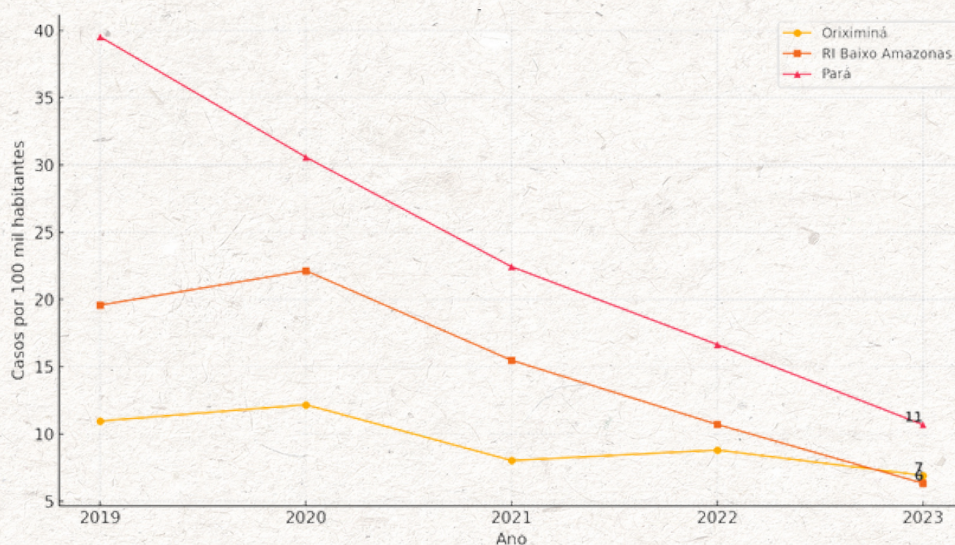
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Oriximiná apresentou uma tendência geral de queda no indicador de trabalho infantil, partindo de 11,1 casos por 100 mil habitantes em 2019 e chegando a 7 em 2023. Após um leve aumento em 2020 (12,3), os números caíram de forma contínua nos anos seguintes, sinalizando avanços na proteção de crianças e adolescentes contra o trabalho precoce. A manutenção dessa tendência positiva pode estar associada a ações de fiscalização, fortalecimento da rede de proteção social e aumento do acesso à escola (Gráfico 28).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, os níveis de trabalho infantil eram significativamente mais altos no início do período, com 19,7 casos por 100 mil habitantes em 2019, atingindo o pico de 22,2 em 2020. A partir de então, o indicador recuou para 6 em 2023, acompanhando a tendência de queda verificada no município e no estado. A redução acentuada pode ter sido impulsionada por políticas públicas mais integradas e pelo reforço de programas de transferência de renda, que aliviam a necessidade de trabalho infantil em contextos de pobreza (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Oriximiná oscilou ao longo do período, iniciando em 20,5 por 100 mil habitantes em 2019, caindo ligeiramente em 2020, subindo para 21,5 em 2021, e registrando novo pico de 25 em 2023. Essa oscilação revela que, embora não haja tendência de crescimento contínuo, o município permanece com índices relativamente altos, o que indica vulnerabilidades persistentes relacionadas à segurança pública e à violência letal. A elevação em 2023 é um sinal de alerta para reforço de estratégias preventivas e de policiamento (Grá-

fico 29).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, os níveis de homicídio mantiveram-se consistentemente abaixo dos de Oriximiná e do estado, com uma queda de 16,3 em 2019 para 11,8 em 2020, e pequena variação até alcançar 13,1 em 2023. Esse padrão sugere uma condição de relativa estabilidade na região, embora ainda exija atenção, especialmente em municípios com maiores índices de exclusão social. A manutenção de taxas mais baixas pode estar ligada à atuação mais eficiente das forças de segurança e ao perfil

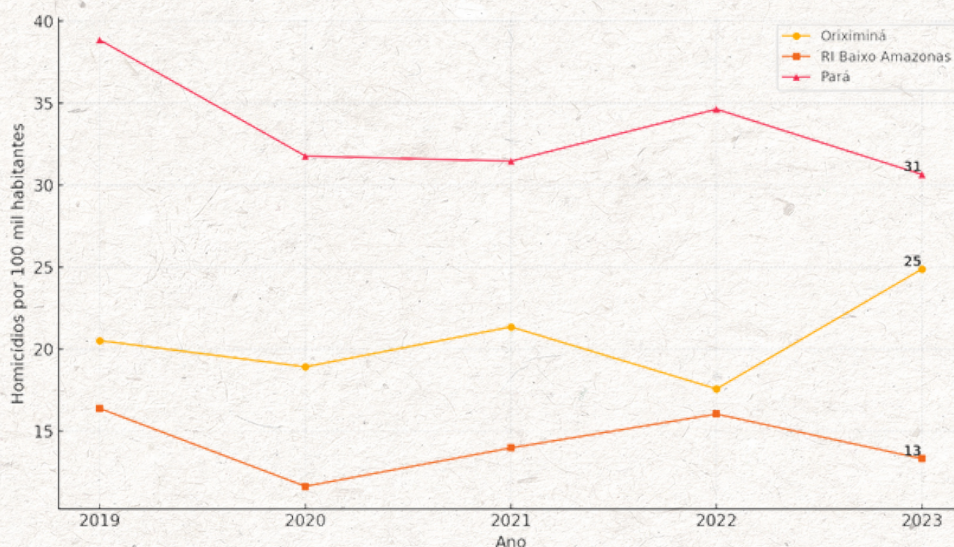
menos urbanizado de muitos municípios da RI (Gráfico 29).

Em nível estadual, o Pará apresentou as maiores taxas entre os três níveis analisados, iniciando em 38,9 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 e finalizando em 31,1 em 2023, apesar de um pico em 2022 (34,5). Embora os dados revelem uma tendência de queda moderada, os valores permanecem elevados, indicando que a violência letal continua sendo um problema crônico no estado. A complexidade do fenômeno no Pará envolve fatores como disputas territoriais, conflitos agrários,

narcotráfico e fragilidade na presença estatal em áreas remotas (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



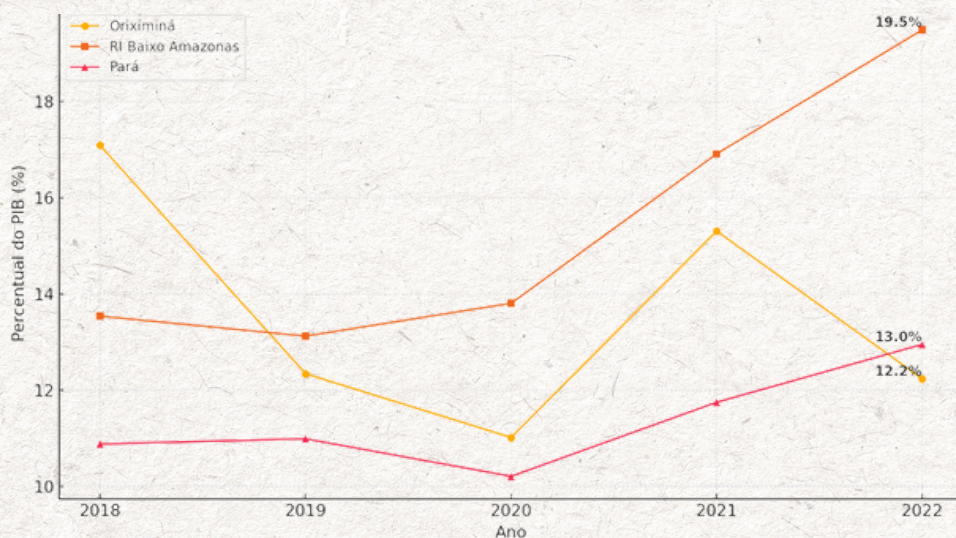
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Oriximiná apresentou oscilações significativas no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB. Em 2018, o gasto representava 17% do PIB municipal, mas houve uma queda acentuada até 2020, quando atingiu o menor valor do período, com 11,1%. Esse recuo pode refletir retração nas despesas orçamentárias locais ou um crescimento do PIB não acompanhado pela expansão dos investimentos públicos. Em 2021, observa-se uma recuperação expressiva, com o percentual subindo para 15,3%, antes de recuar novamente em 2022 para 12,2% (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a tendência foi de crescimento contínuo do indicador, com o gasto público subindo de 13,6% em 2018 para 19,5% em 2022. A trajetória ascendente indica uma intensificação dos investimentos públicos na região, possivelmente em resposta a demandas sociais reprimidas ou à ampliação de políticas públicas em áreas como infraestrutura, saúde e assistência. A partir de 2020, nota-se uma aceleração mais intensa desse crescimento, o que pode estar associado a respostas emergenciais diante da pandemia e seus desdobramentos sociais e econômicos (Gráfico 30).

No contexto estadual, o Pará apresentou os menores percentuais entre os três níveis analisados, mas com tendência de alta no final do período. Em 2018 e 2019, o indicador se manteve estável em torno de 11%, recuando para 10,2% em 2020, o ponto mais baixo da série. A partir de então, houve crescimento sucessivo, atingindo 13% em 2022. Esse comportamento revela um esforço gradual de retomada do gasto público em proporção ao PIB, podendo refletir tanto o aumento das despesas estaduais quanto a desaceleração do crescimento econômico real, que eleva o peso relativo dos gastos governamentais (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa em Oriximiná apresentou um crescimento expressivo, embora tenha partido de um patamar muito baixo. Em 2019, o município registrava apenas 1,6 pontos de acesso por 100 habitantes, caindo levemente em 2020 (1,2), mas avançando gradualmente nos anos seguintes até alcançar 5,2 pontos em 2023. Essa evolução reflete um processo de ampliação da infraestrutura de conectividade fixa, embora os níveis ainda sejam modestos e indiquem desafios significativos no acesso pleno e universal à internet no território (Gráfico 31).

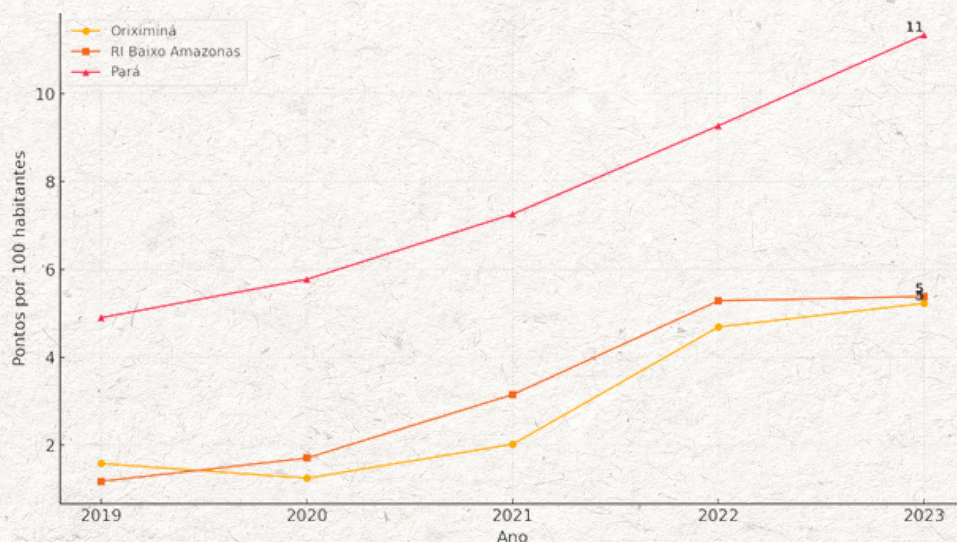
Na Região de Integração do

Baixo Amazonas, o comportamento do indicador também foi de crescimento consistente. Em 2019, o acesso era de 1,2 pontos por 100 habitantes, passando para 3,2 em 2021 e chegando a 5 pontos em 2023. A região demonstrou uma trajetória de melhora mais rápida do que o município de Oriximiná nos primeiros anos, embora ambos tenham convergido para valores semelhantes no fim do período. Isso sugere uma expansão regional de cobertura, possivelmente impulsionada por políticas públicas, parcerias com provedores ou maior demanda por conectividade impulsionada pela digitalização de serviços e ensino remoto (Gráfico 31).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou uma taxa significativamente mais elevada ao longo de todo o período, partindo de 5 pontos por 100 habitantes em 2019 e alcançando 11 em 2023. Essa evolução linear e constante revela maior concentração de infraestrutura de banda larga nas regiões mais urbanizadas do estado, como a Região Metropolitana de Belém. A diferença em relação aos níveis municipal e regional evidencia desigualdades de acesso à internet fixa, o que reforça a importância de políticas públicas de inclusão digital voltadas às áreas interioranas e menos assistidas da Amazônia (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



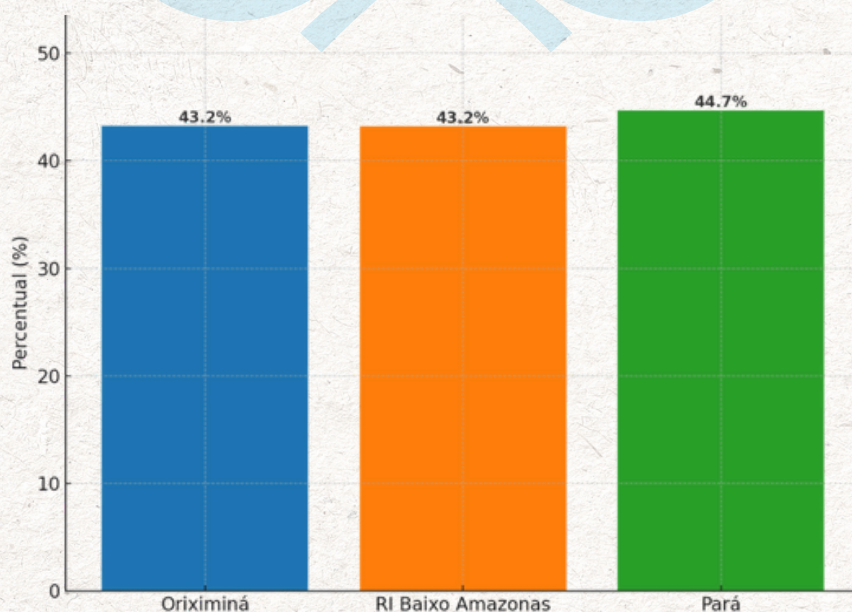
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Oriximiná** registrou um IDS de **43,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Oriximiná x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



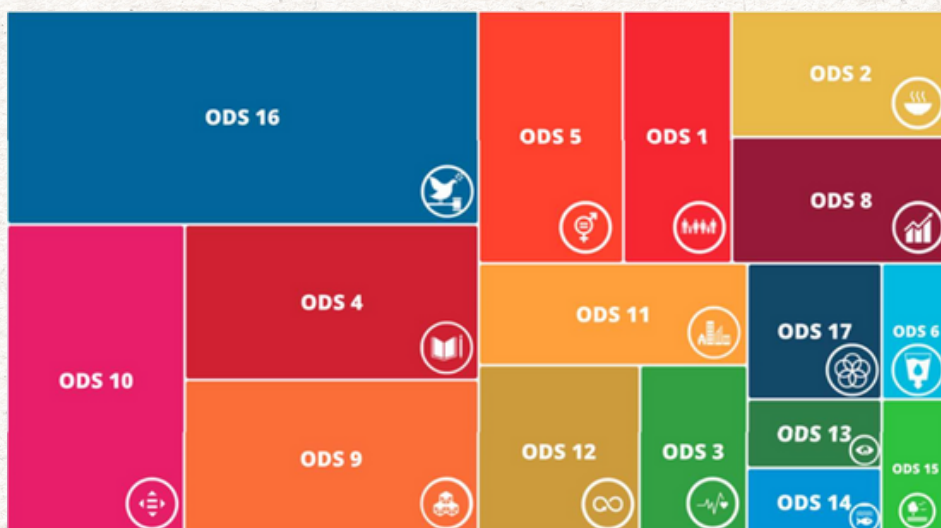
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Oriximiná na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Oriximiná e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

